



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**6ª RELATORIA**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA**

## **10. VOTO.**

**10.1.** Considerando o detalhamento contido na instrução processual, apresentamos a seguir, os aspectos mais relevantes das **Contas Anuais Consolidadas do Município de Monte Santo do Tocantins/TO**, referente ao exercício financeiro de 2017, sob a responsabilidade do Senhor **Cleodson Aparecido de Sousa**, gestor à época, **Marcelo Santana de Sousa**, Responsável pelo Controle Interno à época e **Ailton Martins Brito**, Contador à época, submetidas à análise deste Tribunal de Contas em razão de sua competência constitucional.

## **10.2. DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**

### **10.2.1. Despesa com Pessoal**

**10.2.2.** A Constituição Federal em seu art. 169, define que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar. Tal preceito constitucional foi regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 19, III, que fixou o limite dos Gastos com Pessoal e Encargos Sociais dos Municípios em 60% da receita corrente líquida.

**10.2.3.** Nesse sentido, impende destacar que no exercício de 2017, a despesa total com pessoal do Município alcançou o valor correspondente de R\$ 4.624.978,22, representando um percentual de execução de **46,30%** da receita corrente líquida, **respeitando-se o limite constitucional**. Do percentual apurado, 42,51%, corresponde ao gasto com pessoal do Poder Executivo e 3,79%, do Poder Legislativo.

PODERES/ÓRGÃOS	DESPESA COM PESSOAL LÍQUIDA	DESPESA/RCL	LIMITE PARA ALERTA (art. 59, §I, da LRF)	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE MÁXIMO
1.0 Executivo	4.246.226,76	42.50822851687	48,60%	51,30%	54,00%
2.0 Legislativo	378.751,46	3.7916141842548	5,40%	5,70%	6,00%
Total	4.624.978,22	46,30%	54,00%	57,00%	60,00%

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Anexo I do RGF - Exercício de 2017, 6ª Remessa

**10.2.4.** Conforme se verifica no item acima, a despesa com pessoal do Executivo não ultrapassou o limite de alerta e prudencial, razão pela qual não houve a necessidade de emissão de alerta, conforme o disposto no art. 59, § 1º, II da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 11 da IN TCE 011/2012.

### **10.2.5. Contribuição patronal**

Conforme art. 195, inciso I, da Constituição Federal, a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais. O art. 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991, assevera que a contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, é de 20%, sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês.

**10.2.6.** Conforme análise do Relatório da Prestação de Contas, constatou que o registro pelo Poder Executivo das cotas de contribuição patronal do Ente a Instituição de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**6ª RELATORIA**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA**

Previdência atingiu o percentual de **6,94%** dos vencimentos e remunerações, portanto, não cumprindo assim, com os art. 195, I, da CF e artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991.

**10.2.7.** Contudo, tal apontamento não foi diligenciado para oportunizar o contraditório e ampla defesa

**10.2.8.** Desse modo, apesar de se tratar de **irregularidade de ordem constitucional gravíssima, ressaltamos a impropriedade**, ante a falta de citação e determinamos ainda aos responsáveis que procedam a correção da falha, recomendando ao gestor atual que proceda o pagamento, caso ainda não o tenha feito, da parte do empregador integralmente, (20%) da Parte Patronal mais (+) de 1% a 3% do Risco Ambiental do Trabalho-RAT), conforme previsto na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

**10.2.9.** Destaca-se que o município possui RPPS - Regime Próprio de Previdência Social.

**10.2.10.** Alinhamos ao parecer da unidade técnica (Item 9.3 do relatório), que apontou que apesar do Município possuir regime próprio de previdência, as despesas de remuneração e os encargos dos servidores vinculados ao RPPS do município não estão registradas nas contas contábeis adequadas, tais como nas contas dos subitens 3.1.1.1.1.01, acarretando registros contábeis incorretos e evidenciando distorção das informações relacionadas ao RPPS. Contudo, entendemos que o apontamento é passível de **ressalvas**, e recomendamos a gestão atual que proceda registro contábil correto de modo a evitar informações distorcidas relacionadas ao RPPS.

### **10.3. Repasse ao Poder Legislativo**

**10.3.1.** O art. 29-A da Constituição Federal, dispõe que a despesa total do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderão ultrapassar 7% a 5% do somatório das receitas tributárias e das transferências previstas no § 5º, do art. 153, e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, de acordo com a população do Município, mencionadas nos incisos do referido artigo.

**10.3.2.** O repasse efetuado ao Poder Legislativo, referente ao duodécimo, relativo ao exercício, foi de **R\$ 585.649,20**, equivalentes a **7%** da receita considerada para o cálculo, ficando **dentro do limite** máximo de **7%**, em acordo com o art. 29-A, § 2º, III, da CF.

**10.3.3.** Importante ressaltar que foi pontuado pelo corpo técnico que o repasse efetuado ao poder legislativo ficou acima do limite legal, o que de fato não procede, conforme demonstra tabela abaixo.

DESCRIÇÃO	VALOR
TOTAL DAS RECEITAS	8.366.416,96
VALOR MÁXIMO PARA REPASSE DO DUODÉCIMO EM 2017 (Art. 29-A, I da CF)	585.649,19
VALOR MÍNIMO PARA REPASSE DO DUODÉCIMO LOA 2017 (Art. 29-A, §2, III da CF)	516.279,00
VALOR REPASSADO AO LEGISLATIVO EM 2017	585.649,20
% Repassado ao Legislativo em 2017	7%



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**6ª RELATORIA**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA**

**10.4. Aplicação nas Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE e Educação**

**10.4.1. Aplicação na Educação** - Dispõe o art. 212, da Constituição Federal que o Município deve aplicar, anualmente, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos e transferências.

**10.4.2.** Dos valores calculados pelo SICAP, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, em relação às receitas de impostos e transferências somaram R\$ 2.501.004,16 correspondentes a **30,91%** do total. Logo, considera-se que a municipalidade em questão **atendeu, no exercício de 2016 o índice constitucional.**

**10.4.3. Aplicação no FUNDEB** - No tocante ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o preconizado no art. 22, da Lei 11.494/2007 determina que os municípios deverão aplicar pelo menos 60% dos recursos anuais totais do Fundos no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

**10.4.4.** De acordo com o cálculo extraído do SICAP, o Município aplicou R\$ 1.326.422,72, equivalentes a **71,92%**, das receitas oriundas do FUNDEB, **atendendo, portanto, o limite constitucional.**

**10.4.5.** Relevante ainda pontuar, conforme demonstrado no item 10.3 do Relatório de Análise, que quando somados os valores destinados ao FUNDEB 60% e 40%, nota-se o não atendimento ao art. 21, da Lei 11.494/2007, pois, constata-se uma aplicação a maior de R\$ 205.928,52, que representa **11,17%** a mais dos recursos oriundos do FUNDEB. **Irregularidade mantida.**

**10.4.6.** Ressalte-se ainda, que conforme informado, o Conselho do FUNDEB emitiu parecer pela aprovação das contas, referente ao exercício de 2017.

**10.4.7.** Conforme item 10.1 do Relatório de Análise da Prestação de Contas, o município aplicou em R\$ 6.734,45 por aluno, ou seja, R\$ 561,20 mensal. Verifica-se que o município não alcançou a meta prevista no índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB no(s) ano(s) 2011, 2013 e 2015, em desconformidade ao Plano Nacional de Educação.

**10.4.8.** Em que pese o não atendimento dos limites com educação, faz-se necessário recomendar que o município estabeleça procedimentos de planejamento, acompanhamento e controle do desempenho da educação na rede municipal de ensino, de forma que sejam alcançadas as metas do IDEB e demais previstas nos instrumentos de planejamento. Desse modo, entendemos que o apontamento é passível de ressalvas.

**10.5. Aplicação na Saúde**

**10.5.1.** O município aplicou em Ações e Serviços Públicos de Saúde, o valor de R\$ 3.291.925,75, que corresponde ao percentual de **19,61%**, **atendendo, o limite constitucional**, e cumprindo com as disposições da Emenda Constitucional nº 29/2000, c/c ao art. 77, III, dos ADCTs.

**10.5.2.** Insta consignar que os membros do Conselho Municipal de Saúde, encaminharam o Parecer manifestando-se pela aprovação das contas do exercício de 2017.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**6ª RELATORIA**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA**

TCE – TO

**10.5.3.** Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde em cotejo com os dados informados no Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde - SIOPS, não se verificou inconsistências entre os valores registrados.

**10.6. DO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL**

**10.6.1. Análise Orçamentária**

**10.6.2.** A Lei Municipal nº 229/2016- LOA, que aprovou o orçamento Geral do Município, estimou a receita e fixou a despesa para o exercício de 2017 em R\$ 17.782.590,00, autorizando a abertura de créditos suplementares de até **100%** sobre o total da despesa nela fixada.

**10.6.3.** Os créditos orçamentários inicialmente autorizados, sofreram alterações no decorrer do presente exercício, ficando assim demonstrados:

DESCRIÇÃO	VALOR
Orçamento Inicial	17.782.590,00
Créditos Suplementares (+)	4.440.264,84
Créditos Especiais Extraordinários	0,00
Crédito Extraordinário	0,00
Reduções (-)	(4.440.264,84)
<b>TOTAL</b>	<b>17.782.590,00</b>

**10.6.4.** Verifica-se que o valor Suplementado de R\$ 4.440.264,84, corresponde a **24,97%** das despesas fixadas no orçamento, **não excedendo** assim, o percentual estabelecido na LOA, de acordo com art. 167, V, da Constituição Federal.

**10.6.5.** Com relação ao Orçamento Inicial do município, não foi constatada divergência entre o constante na Lei Municipal nº 229/2016– LOA, e o informado na Remessa do Orçamento e a dotação Inicial do Balanço Orçamentário, no qual os dados são obtidos da coluna dotação inicial do Balancete da Despesa da 1º remessa.

**10.6.6.** Foi pontuado pela equipe técnica que foi aberto crédito adicional suplementar por superávit financeiro no valor de R\$ 0,00, no entanto, não foi realizado o registro contábil na (s) dotação (ões) com fonte de recurso correta com identificação do código 90 no 5º e 6º dígitos (xxxx.90.xxx), em desconformidade ao que determina a Portaria nº 383, de 06 de julho de 2016, publicada no Boletim Oficial nº 1656, de 06.07.2016. (Item 4.4.1 do relatório).

**10.6.7.** Contudo, deixamos de apreciar a questão, uma vez que em uma análise pormenorizada, verificamos que tal fato não procede, uma vez que não houve a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até mesmo porque o técnico pontuou de forma genérica, sem fazer a apreciação e a alimentação das informações. **Irregularidade afastada.**

**10.6.8.** Do confronto da receita arrecadada (R\$ 10.554.778,81) com a despesa executada (R\$ 9.731.777,92), o Município obteve um **Superávit Orçamentário** no valor de **R\$ 823.000,89**, ou em **percentual 7,80%**.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**6ª RELATORIA**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA**

**10.6.9.** Quanto a análise do valor orçado, ao realizar o confronto entre a receita prevista de R\$ 17.782.590,00, com a efetivamente realizada de R\$ 10.554.778,81, vislumbra-se que o município arrecadou **59,35%** do valor do orçamento, **não atendendo ao limite de 65%**, descrito no 3.3 do anexo da IN n 02/2013.

**10.6.10.** Não houve defesa para sanar este apontamento. Registre-se que a **impropriedade é mantida**, e recomendamos ao gestor atual para que observe os normativos técnicos e legais, bem como os critérios para fixação da previsão da receita, nos termos do art. 12 da LRF e art. 30 da Lei nº 4.320/64.

**10.6.11.** Outra questão suscitada (Item 4.1 do relatório), foi que nas Funções Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Urbanismo, Saneamento, Gestão Ambiental, Agricultura, Transporte, Desporto e Lazer, Encargos Especiais e Total houve execução menor que 65% da dotação atualizada, ou seja, não houve ação planejada para as despesas por função, em desconformidade ao que determina a IN 02/2013. Tal apontamento foi em decorrência do item anterior que já foi apreciado. **Ressalvamos** o apontamento e recomendamos a gestão atual que faça um planejamento condizente com sua realidade, de modo a evitar distorções desta natureza.

**10.6.12. Demonstrativo da Evolução da Receita Prevista com a Arrecadada -** Demonstra que a estimativa da receita do exercício em questão tomou como base a evolução da arrecadação das receitas dos três últimos exercícios, ficando acima da média.

EXERCÍCIO	PREVISÃO INICIAL (A)	ARRECADAÇÃO (B)	(C) = (B) / (A) * 100
2014	11.647.585,84	8.479.259,30	72,80%
2015	19.028.000,00	8.834.423,95	46,43%
2016	18.289.967,00	11.457.444,36	62,64%
Média	16.321.850,95	9.590.375,87	58,76%
2017	17.782.590,00	10.554.778,81	59,35%

**10.6.13.** O Município arrecadou, de receitas tributárias, o montante de **R\$ 460.872,95**, referentes a tributos, sendo R\$ **429.805,20**, de tributos de competência exclusiva do município, sendo que o total arrecadado corresponde a **467,18%** da previsão atualizada de receitas tributárias.

**10.6.14.** A despeito da arrecadação de tributos próprios, verificamos que não houve arrecadação de Contribuição de Melhoria (0,00%), bem como a subestimação dos valores do Taxas, ISS e ITBI, revelando possível fragilidade na capacidade do município de prever suas metas arrecadatórias.

DESCRIÇÃO	PREVISÃO A	VALOR ARRECADADO B	% ARRECADADO / PREVISÃO C
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	15.000,00	10.460,49	69,74
ISS - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	30.000,00	297.969,57	993,23
ITBI - Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos	40.000,00	102.628,98	256,57
Taxas	7.000,00	18.746,16	267,80
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>92.000,00</b>	<b>429.805,20</b>	<b>467,18</b>





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**6ª RELATORIA**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA**

**10.6.15. Transferências Correntes** - A partir do comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - anexo 10, em contrapartida com os informes do Banco do Brasil, não foi constatada uma diferença de R\$ 0,00 na conta contábil.

**10.6.16. Dívida Ativa** – É composta por todos os créditos do ente, sejam eles de natureza tributária ou não tributária, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei ou por decisão proferida em processo regular. No Balanço Patrimonial consta um estoque atual de R\$ 0,00, como crédito da Dívida Ativa, que é possível aferir que o município não procedeu nenhuma inscrição em dívida ativa, nem mesmo promoveu ações de cobrança dos devedores.

**10.6.17.** Quanto ao fato, o gestor foi instado a apresentar as medidas tomadas pelo município para a constituição e cobrança do crédito tributário e não tributário durante o exercício. Contudo, não houve nenhuma manifestação do mesmo, persistindo o achado na íntegra.

**10.6.18.** Considerando que a Portaria STN n 548, de 24 de setembro de 2015, que estabeleceu o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, quanto aos prazos para efetiva implantação dos Créditos Tributários e Não Tributários, bem como para a Dívida Ativa Tributária ou Não Tributária, facultou aos municípios essa implantação até o exercício de 2022. Assim, **ressalvamos** o apontamento, determinando a sua efetiva observação.

## **10.7. Análise do Balanço Financeiro**

**10.7.1.** O Balanço Financeiro, demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentárias, conjugadas com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que transferem para o exercício seguinte.

**10.7.2.** Em tempo, verifica-se que houve consonância do saldo do exercício financeiro anterior a ser transferido para este exercício, no valor de R\$ 2.27.489,52, em conformidade com os arts. 83 a 100, da Lei Federal nº 4320/64.

**10.7.3.** Registre-se que houve uma divergência de R\$ 12.835,26 entre o total de ingressos e dispêndios, evidenciando o **fechamento irregular** deste demonstrativo.

**10.7.4.** Em que pese a desarmonia de valores descrita acima, entendemos que o quantum em si representa pouca expressividade no contexto geral das contas, e por este motivo pode ser objeto de **ressalvas**, com recomendação ao atual gestor para que envide esforços no sentido de evitar a ocorrência do achado, pois que se evidenciado em proporção mais relevante, pode configurar óbice a aprovação das contas.

## **10.8. Análise do Balanço Patrimonial**

**10.8.1** O Balanço Patrimonial, nos termos do art. 105, da lei n 4.320/64, demonstra a posição dos seus bens, direitos e obrigações ao final de cada exercício. No exercício em análise, o Resultado Acumulado foi no valor de **R\$ 4.823.278,16**, evidenciando que o valor dos bens e direitos são superiores ao valor das obrigações, conforme tabela abaixo:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**6ª RELATORIA**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA**

TCE – TO

**10.8.2. Resumo do Ativo X Passivo e Patrimônio Líquido**

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO CIRCULANTE	3.308.269,07	PASSIVO CIRCULANTE	1.090.754,96
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	4.206.032,01	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	1.600.267,96
		TOTAL DO PASSIVO	2.691.022,92
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.823.278,16
<b>TOTAL</b>	<b>7.514.301,08</b>	<b>TOTAL</b>	<b>7.514.301,08</b>

**10.8.3.** Ainda sobre o ativo, o Município evidencia saldo na conta “Créditos por Danos ao Patrimônio” no valor de **R\$ 148.570,78**, e “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo” de **R\$ 16.594,02** no total de **R\$ 165.164,80** o que indicaria se tratar de valores realizáveis provenientes de direitos oriundos de danos ao patrimônio apurados em sindicância, prestação de contas, tomadas de contas ou processos judiciais e outros.

**10.8.4.** Para que os mencionados lançamentos pudessem ser considerados no cômputo do superávit/déficit financeiro, o gestor deveria ter sido citado sobre o apontamento, o que não ocorreu.

**10.8.5.** Por fim, determinamos ao atual gestor que tome as providências no sentido de abertura de procedimento para identificar os responsáveis, tendo em vista tratar-se de recursos financeiros pendentes de comprovação. Além disso, utilize o atributo “P” de forma a não alterar o resultado do Ativo Financeiro.

**10.8.6.** Foi apontado no (Item 7.1.2.1 do relatório) que o Município não registrou nenhum valor na conta "Créditos Tributários a Receber" em desconformidade ao que determina o MCASP. Contudo tal apontamento já foi analisado no item 10.6.18 e segue a mesma linha de entendimento. Apontamento passível de **ressalvas**.

**10.8.7 Apuração do Superávit/Déficit Financeiro**

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO FINANCEIRO	3.308.269,07	PASSIVO FINANCEIRO	1.110.868,59
ATIVO PERMANENTE	4.206.032,01	PASSIVO PERMANENTE	1.600.267,96
		SALDO PATRIMONIAL	4.803.164,53
<b>TOTAL</b>	<b>7.514.301,08</b>	<b>TOTAL</b>	<b>7.514.301,08</b>

**10.8.8.** Portanto, no confronto do Ativo Financeiro de R\$ 3.308.269,07 com o Passivo Financeiro de R\$ 1.110.868,59, constata-se a ocorrência de **Superávit Financeiro de R\$ 2.197.400,48**. Sendo que o total das disponibilidades (caixa e equivalente de caixa) foi de R\$ 3.143.104,27.

**10.8.9.** Houve déficit financeiro nas seguintes Fontes de Recursos: 0020 - Recursos do MDE (R\$ -266.953,80); 0030 - Recursos do FUNDEB (R\$ -401.153,47); 0040 - Recursos do ASPS (R\$ -328.038,39) em descumprimento ao que determina o art. 1º § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**6ª RELATORIA**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA**

**10.8.10.** Instado a se manifestar o gestor quedou-se inerte. Pois bem, é imperioso destacar que a análise orçamentária e financeira é realizada por fonte de recurso, ou seja, os recursos de uma fonte não podem ser utilizados para a cobertura de déficit de outras fontes, conforme determina o artigo 1º, §1º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Faz se necessário que seja realizado um controle da Disponibilidade por Destinação de Recurso-DDR de forma a evitar déficit irreal em determinadas fontes de recursos conforme determina ao art. 8º, c/c art. 50, inciso I da LRF. **A irregularidade é mantida.**

**10.8.11.** Foi pontuado quanto a existência de “Ativo Financeiro” por fonte de recursos com valores negativos, em desacordo com a Lei 4.320/64. (Item 7.2.7.2 do relatório). Quanto ao aludido fato, entendemos que o mesmo pode ser **ressalvado**.

**10.8.12. Disponibilidade Financeira X Obrigações a Pagar**

**10.8.13.** Confrontando-se os valores das disponibilidades financeiras de R\$ 3.143.104,27 com o total registrado no Passivo Financeiro de R\$ 1.110.868,59, verifica-se a **suficiência de saldo financeiro** para cumprimento, dos compromissos de curto prazo, assumidos para o exercício seguinte.

**10.8.14. Restos a Pagar Processados-** O art. 36, da Lei Federal 4.320/64 determina que “Restos a Pagar” são as despesas orçamentárias empenhadas no exercício e não pagas até o dia 31 de dezembro do respectivo exercício financeiro, discriminadas em despesas processadas e não processadas.

**10.8.15.** Registre-se que conforme apontado no Relatório da Prestação de Contas, houve cancelamento de restos a pagar processados R\$ 36.337,44. E ainda que no arquivo PDF Cancelamento ocorrido no Ativo e no Passivo, o Gestor informou que houve cancelamento total de restos a pagar R\$ 107.069,40, em desconformidade com art. 83 da 4.320/64. (Item 7.2.7.1 do relatório). Outrossim, como não houve defesa para esclarecer o apontamento, **não há como afastar a impropriedade.**

**10.8.16.** Além disso, advertimos ao Gestor que os Restos a Pagar Processados, são aqueles cujo segundo estágio da despesa (liquidação) já ocorreu, caracterizando-se como compromissos do poder público de efetuar os pagamentos aos fornecedores, não são, em regra, passíveis de cancelamento, a não ser que seja fruto de erro contábil devidamente comprovado e justificado.

**10.8.17.** Cabe ressaltar ainda, que há saldos registrados na conta de **Valores Restituíveis** (consignações e encargos sociais), indicando que houve retenção de valores de terceiros não recolhidos aos efetivos destinatários no valor total de **R\$ 347.242,86**, conforme apresentado no Balanço Patrimonial – Anexo 14, valor este levado em consideração na apuração da suficiência/insuficiência financeira.

**10.8.18.** Ressalta-se que tal fato não foi motivo de análise no Relatório Técnico e consequentemente não ensejou na citação dos responsáveis, razão pela qual não consideramos para fins de responsabilização.

**10.8.19. Almoxarifado** – Constata-se que registrou entrada na conta almoxarifado no valor de R\$ 1.762.251,63, que somando com o estoque anterior de R\$ 0,00 totaliza R\$ 1.762.251,63, e baixou o montante de R\$ 1.762.251,63, possuindo um saldo na conta estoque de R\$ 0,00. (Balancete de Verificação).





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**6ª RELATORIA**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA**

TCE – TO

**10.8.20. Ressalvamos** o apontamento, e recomendamos ao gestor atual, que planeje adequadamente o estoque e certifique o saldo do almoxarifado registrado na contabilidade, vez que seria muito difícil um Município estar com almoxarifado zerado no fim do exercício, e ainda que possa comprometer a continuidade dos serviços públicos.

**10.8.21. Ativo Imobilizado** - O Ativo Não Circulante/Imobilizado e Intangível alcançou o valor de R\$ 4.206.032,01, deste valor destacam-se os bens móveis, cujo montante corresponde a R\$ 2.911.193,12, os Bens Imóveis no valor de R\$ 1.294.838,89 e os Bens Intangíveis com valor de R\$ 0,00.

TIPO DO BEM	BAL. PATRIMONIAL	ATIVO IMOBILIZADO	DIFERENÇA
Bens Móveis	2.911.193,12	2.567.076,60	344.116,52
Bens Imóveis	1.294.838,89	1.082.499,32	212.339,57
Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.206.032,01</b>	<b>3.649.575,92</b>	<b>556.456,09</b>

**10.8.22.** Ressalte-se que os dados informados no Balanço Patrimonial não guardam consonância com a conta contábil de variação patrimonial do Demonstrativo do Ativo Imobilizado, visto que se verificou um valor de aquisição de Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis de R\$ 22.280,98, ao comparamos com as aquisições registradas nas contas de Investimentos e Inversões Financeiras da execução orçamentária, constatamos um valor de R\$ 111.211,43, apresentando uma diferença de **R\$ 88.930,45**. Recomendamos a gestão atual que proceda a conciliação dos respectivos valores de modo a evitar divergência desta natureza.

**10.8.23. Precatórios** – Quanto ao registro contábil das obrigações com Precatórios, o Município não apresentou saldos na contabilidade no valor de R\$ 0,00. Entretanto, em arquivo PDF foi informado o valor de R\$ 0,00 e as informações do Tribunal de Justiça indicam um saldo de R\$ 201.838,34, evidenciando assim divergência.

**10.8.24.** Diante da falta de esclarecimentos para elucidar o apontamento, a **impropriedade é mantida**, uma vez que a omissão do registro contábil resultou em subavaliação do passivo em valor relevante, demonstrando que o Balanço Patrimonial consolidado não representa verdadeiramente a posição do Município em 31/12/16, e não se encontra de acordo com os princípios de contabilidade aplicados ao setor público.

## **10.9. Demonstrações das Variações Patrimoniais**

**10.9.1.** De acordo com o art. 104, da Lei Federal nº 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no Patrimônio durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da Execução Orçamentária e indica o Resultado Patrimonial do exercício.

**10.9.2.** O Resultado Patrimonial apurado no exercício foi superavitário, ou seja, de **R\$ 974.109,66**, elevando o Patrimônio do exercício município, e evidenciando que as variações patrimoniais aumentativas são superiores as diminutivas, conforme demonstrado a seguir:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**6ª RELATORIA**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA**

TCE – TO

Descrição	Valor (R\$)
Variações Patrimoniais Aumentativas	10.630.853,47
Variações Patrimoniais Diminutivas	9.656.743,81
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>974.109,66</b>

## **10. CONCLUSÃO**

**10.1.** Ressalta-se que os responsáveis não apresentaram suas respectivas defesas sendo considerados RÊVEIS.

**10.2.** Ante o exposto e, por tudo mais que dos autos consta, concordamos com o posicionamento do Corpo Especial de Auditores e Ministério Público e, propugnamos aos membros, **VOTAR** no sentido de que este Tribunal acate as providências abaixo mencionadas, adotando a presente decisão, sob a forma de **Parecer Prévio**, que ora submetemos a deliberação desta Colenda Câmara, para:

**I. Emitir Parecer prévio pela REJEIÇÃO** das Contas Anuais Consolidadas do Município **Monte Santo do Tocantins- TO**, referentes ao exercício financeiro de 2017, sob a gestão do Senhor **Cleodson Aparecido de Sousa**, gestor à época, **Marcelo Santana de Sousa**, Responsável pelo Controle Interno à época e **Ailton Martins Brito**, Contador à época, nos termos do art. 1º, inciso I, 10, III e 103 da Lei n.º 1.284/2001 c/c artigo 28, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ante a permanência das seguintes irregularidades:

a) O percentual do valor arrecadado em função do valor estimado foi de 59,35%, estando assim abaixo dos 65% IN 02/2013. (Item 3.2 do relatório);

b) O Município não apresentou saldo contábil das obrigações com Precatório na contabilidade. Entretanto, informou nas presentes contas (arquivo PDF) o valor de R\$ 0,00 e as informações oriundas do Tribunal de Justiça indicam o saldo de R\$ 201.838,34, evidenciando divergência. (Item 7.2.3.2);

c) Déficit financeiro nas seguintes Fontes de Recursos: 0020 - Recursos do MDE (R\$ -266.953,80); 0030 - Recursos do FUNDEB (R\$ -401.153,47); 0040 - Recursos do ASPS (R\$ -328.038,39) em descumprimento ao que determina o art. 1º § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Item 7. 2.7 do relatório);

d) Cancelamento de restos a pagar processados no valor de R\$ 36.337,44. Assim, o resultado financeiro está subavaliado no mencionado valor, demonstrando inconsistência dos demonstrativos contábeis, e em consequência, o Balanço não representa a situação financeira do Ente em 31 de dezembro, em desacordo com os artigos 83 a 106 da Lei nº 4320/64 e Princípios de Contabilidade. Restrição de Ordem Legal Gravíssima (Item 2.9 da IN nº 02 de 2013). (Item 7.2.7.1 do relatório)

e) Falhas na utilização da receita do FUNDEB e na codificação das respectivas fontes de recursos do referido Fundo, evidenciando descumprimento dos códigos estabelecidos na Portaria/TCE nº 914/2008, bem como utilização de fontes distintas para a mesma despesa, nas fases de empenho, liquidação e pagamento. (Item 10.3 do relatório).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**6ª RELATORIA**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA**

**II. Ressalvas:**

a) O registro contábil das cotas de contribuição patronal do Ente devidas ao Regime Geral da Previdência Social atingiu o percentual **6,94%** dos vencimentos e remunerações, descumprindo os arts. 195, I, da Constituição Federal e artigo 22, inciso I da lei nº 8.212/1991.

b) As despesas de remuneração e os encargos dos servidores vinculados ao RPPS do município não estão registradas nas contas contábeis adequadas, tais como nas contas dos subitens 3.1.1.1.1.01, acarretando registros contábeis incorretos e evidenciando distorção das informações relacionadas ao RPPS. (Item 9.3 do relatório).

c) O município não alcançou a meta prevista no índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB nos anos 2011, 2013 e 2015, em desconformidade ao Plano Nacional de Educação. (Item 10.1 do relatório).

d) Nas Funções Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Urbanismo, Saneamento, Gestão Ambiental, Agricultura, Transporte, Desporto e Lazer, Encargos Especiais e Total houve execução menor que 65% da dotação atualizada do orçamento.

e) O Município não registrou nenhum valor na conta "Créditos Tributários a Receber" em desconformidade ao que determina o MCASP. (Item 7.1.2.1 do relatório).

f) Houve uma divergência de R\$ 12.835,26 entre o total de ingressos e dispêndios, evidenciando o fechamento irregular do Balanço Financeiro.

g) Consta saldo na conta de Valores Restituíveis (consignações e encargos sociais), indicando que houve retenção de valores de terceiros não recolhidos aos efetivos destinatários no valor total de R\$ 347.242,86, conforme apresentado no Balanço Patrimonial – Anexo 14, valor este levado em consideração na apuração da suficiência/insuficiência financeira.

h) O valor contabilizado na conta "1.1.5 – Estoque" é de R\$ 0,00 no final do exercício em análise, enquanto o consumo médio mensal é de R\$ 146.636,87, demonstrando a falta de planejamento da entidade, pois não tem o estoque dos materiais necessários para o mês de janeiro de 2018. (Item 7.1.2.2 do relatório).

i) Falta de arrecadação da dívida ativa.

j) Não houve arrecadação de Contribuição de Melhoria (0,00%), bem como a subestimação dos valores do Taxas, ISS e ITBI, revelando possível fragilidade na capacidade do município de prever suas metas arrecadatórias.

**III. Recomendações:**

a) Efetuar a correta utilização das fontes de recursos em conformidade com a Portaria/TCE nº 914/2008, bem como, para que indique claramente a origem dos recursos remanejados para o Fundo em caso de aporte do município, sob pena das despesas serem glosadas.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**6ª RELATORIA**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA**

b) Apresentar as medidas adotadas/efetuadas pela Prefeitura para o recebimento dos créditos tanto administrativos quanto judiciais, tendo em vista que o município possui um considerável estoque de Dívida Ativa, bem como manter atualizado dos contribuintes.

c) Efetuar o adequado planejamento na elaboração da proposta da LOA, cujas disposições deverão refletir de forma mais adequada a realidade municipal, compatíveis com as perspectivas de arrecadação e aplicação de recursos públicos no exercício financeiro de sua respectiva execução.

d) Proceder a correta evidenciação dos valores destinados aos programas constantes na LOA, bem como apresentar o Relatório de Gestão com os dados financeiros e físicos da execução, em conformidade com o PPA, de modo a possibilitar uma apreciação das políticas públicas desenvolvidas, sob pena de tê-las caracterizadas como insatisfatórias, o que poderá, inclusive, ser elemento para eventual rejeição de contas.

e) Planejar o orçamento, de acordo com o que determina o art. 30, da lei 4.320/64 e o art. 12, da LC 101/00, de modo que a estimativa da receita tome como base a evolução da arrecadação das receitas dos três últimos exercícios, o que não ocorreu em 2015;

f) Incluir em Notas Explicativas os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho, e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

g) Adotar providências no sentido de dar efetividade a arrecadação, em especial dos impostos de competência do município, em consonância com o disposto nos artigos 11, 13 e 58 da LC nº 101/00, tendo em vista que a não efetividade da arrecadação poderá ensejar a suspensão das transferências voluntárias para o ente, tal qual estipula o parágrafo único do art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a rejeição das contas.

h) Estabelecer procedimentos de planejamento, acompanhamento e controle do desempenho da educação na rede municipal de ensino, de forma que sejam alcançadas as metas do IDEB e demais previstas nos instrumentos de planejamento.

**IV. Determinar, ainda:**

a) A publicação do Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, nos termos do art. 341, §3º, do Regimento Interno deste Tribunal, para que surta os efeitos legais necessários;

b) O Encaminhamento de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório ao responsável para que tome conhecimento;

c) Esclarecer à Câmara Municipal que, nos termos do art. 107, da Lei Orgânica desta Casa, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das referidas contas a este Tribunal de Contas;

d) Após cumpridas as formalidades legais e regimentais, remetam os autos à Coordenadoria de Protocolo, para encaminhamento à Câmara Municipal de **Monte Santo do Tocantins/TO**, para providências quanto ao julgamento das contas.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**6ª RELATORIA**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA**

TCE – TO

**GABINETE DA SEXTA RELATORIA**, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2019.

Conselheiro **ALBERTO SEVILHA**  
Relator





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

ALBERTO SEVILHA

Cargo: VICE-PRESIDENTE - Matrícula: 238422

Código de Autenticação: ff58da84848f9691d3ae6179e0616ea5 - 06/08/2019 17:36:38